

**Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União**

Com fundamento no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos artigos 237, inciso VII, e 276, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução 155/2002, o Ministério Público junto ao TCU oferece

**REPRESENTAÇÃO,  
COM REQUERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR,**

com o propósito de que o Tribunal, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública federal, decida pela adoção das medidas necessárias a investigar a atuação de todos os órgãos e entidades federais cujas competências, atribuições legais e/ou interesses estejam relacionados à tragédia que se avizinha em Maceió-AL, representada pelo iminente colapso das minas da empresa Braskem, impondo a interdição de cinco bairros da cidade, a fim de identificar eventuais condutas omissivas, dolosas ou culposas.

- II -

Matéria jornalística publicada na internet na data de hoje pelo portal “g1” (<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/01/infografico-entenda-o-risco-de-colapso-das-minas-da-braskem-em-maceio.ghtml>) noticia fato alarmante que impõe alto risco para a integridade da população de Maceió-AL, bem assim ameaça causar vultosos danos materiais ao patrimônio público e privado da região em decorrência de atividade de exploração mineral, controlada pela União mediante os regimes de autorizações, concessões, licenciamento, permissão ou de extração. Permito-me sua transcrição:

**INFOGRÁFICO: Entenda o risco de colapso das minas da Braskem em Maceió**

*Defesa Civil alertou para 'risco iminente' de afundamento do solo no bairro de Mutange. Problema foi descoberto em 2018 com tremor de terra e rachaduras em imóveis.*

A possibilidade de desabamento de uma das minas da Braskem, empresa responsável pela mineração que afetou cinco bairros de Maceió, provocou a evacuação de residências e até de um hospital na quarta-feira (29) e também nesta quinta (30). A gravidade da situação levou a prefeitura a decretar situação de emergência.

Entenda a situação:

A mineração em Maceió começou na década de 1970, com a Salgema Indústrias Químicas S/A, que depois passou a se chamar Braskem. A extração de sal-gema, minério utilizado na fabricação de soda cáustica e PVC, tinha autorização do poder público.

Em fevereiro de 2018, surgiram as primeiras rachaduras no bairro do Pinheiro, uma delas com 280 metros de extensão. No mês seguinte, um tremor de magnitude 2,5 foi registrado, o que agravou as rachaduras e crateras no solo, provocando danos irreversíveis nos imóveis.

Somente um ano depois o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), órgão ligado ao governo federal, confirmou que a mineração provocou a instabilidade no solo.

Em junho de 2019 foram emitidas as primeiras ordens de evacuação para moradores do Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Com o problema se agravando, a ordem também foi ampliada para parte do Bom Parto e do Farol.

Desde então, mais de 14 mil imóveis precisaram ser desocupados na região, afetando cerca de 55 mil pessoas e transformando áreas antes habitadas em bairros fantasmas.

Depois que a mineração foi apontada como a principal causa da instabilidade do solo, um intenso trabalho foi iniciado pela Braskem para

fechamento e estabilização de 35 minas na região do Mutange e de Bebedouro, com profundidade média de 886 metros.

Contudo, após 5 tremores de terra somente no mês de novembro, a Defesa Civil de Maceió alertou para o "risco de colapso em uma das minas" próximo da lagoa Mundaú, a de número 18, o que poderia provocar o surgimento de uma imensa cratera.

O professor da UFAL Abel Galindo, engenheiro civil com mestrado em geotecnia pela UFPB, avalia que há uma grande probabilidade de o desabamento da mina 18 afetar também duas minas vizinhas, formando uma cratera em que caberia o estádio do Maracanã.

Com o desabamento, a água da lagoa, terra e detritos seriam escoados para dentro da cratera, provocando a formação de um lago com profundidade de 8 a 10 metros. Segundo a Defesa Civil, esse fenômeno tornaria a água da lagoa salgada e toda a área de mangue na região seria impactada "de forma bastante trágica".

O Serviço Geológico do Brasil enviou uma nova equipe a Maceió para avaliar o problema, que é monitorado também pela Defesa Civil Nacional.

A Justiça Federal determinou a retirada de pouco mais de 20 famílias que ainda vivem nas áreas de risco nos bairros do Bom Parto. Embora não haja ordem para evacuação no Pinheiro, um hospital no bairro transferiu todos os seus pacientes para outras unidades de saúde

O assunto em tela, embora afete de forma mais evidente interesses municipais e locais, atrai também a intervenção da União e, por conseguinte, a competência de fiscalização do Tribunal de Contas da União, dada não só a importante participação acionária da Petrobras na Braskem, com suas prerrogativas correspondentes e respectivos representantes sujeitos à jurisdição do TCU, mas sobretudo ante o fato de os recursos minerais cuja exploração ameaça causar o colapso de cinco bairros de Maceió-AL pertencerem, a teor do art. 176 da Constituição Federal, à União, dependendo sua lavra e aproveitamento, de acordo com o § 1º do mesmo artigo, de autorização ou concessão do Poder Público federal.

São também evidentes e incontroversos os relevantes impactos ambientais da atividade, constituindo a iminente tragédia acima noticiada clara evidência de possível omissão dos órgãos federais encarregados do licenciamento e fiscalização da operação das minas da Braskem naquela localidade.

Então, ante o evento acima noticiado e dada as finalidades constitucionais e legais atribuídas à União e distribuída por diversos órgãos, como o Ibama e a Agência Nacional de Mineração, no que tange a garantir a exploração ambientalmente sustentável e economicamente responsável dos recursos minerais, tenho o dever de instar a Corte de Contas a apurar se o desastre iminente, de proporções gigantes, poderia ocorrer sem a atuação negligente do Poder Público e sem a responsabilidade de seus agentes, sejam eles servidores federais ou funcionários da Petrobras.

Em face do risco iminente de grande catástrofe ambiental, humana e social, e dada a possibilidade de eventuais questionamentos sobre a responsabilidade da União, com ônus e prejuízo ao erário, bem assim estando presente a fumaça do bom direito, a questão ora em consideração encerra as condições necessárias e suficientes para que, com base no que dispõe o artigo 276, caput, do Regimento Interno do TCU, seja adotada medida cautelar determinando aos órgãos competentes da União e à Petrobras que intervenham junto a Braskem para a suspensão imediata de todas as atividades de exploração além da adoção de medidas emergenciais destinadas a impedir ou minimizar os danos ora vislumbrados.

Na qualidade de membro do Ministério Público junto ao TCU, tenho o dever funcional de “promover a defesa da ordem jurídica, requerendo, perante o Tribunal de Contas da União as medidas de interesse da justiça, da administração e do Erário”, em obediência ao que estipula o art. 81, inciso I, e art. 82, da Lei nº 8.443/1992.

Por fim, é de se observar que este Ministério Público junto ao TCU possui legitimidade para formular representações a esse Tribunal, que os fatos foram apresentados em linguagem clara e objetiva e estão acompanhados, em anexo, das informações referenciadas nesta peça.

### - III -

Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, requer ao Tribunal, pelas razões acima aduzidas, que:

- a) conheça desta representação para que, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Federal decida pela adoção das medidas necessárias a investigar a atuação de todos os órgãos e entidades federais cujas competências, atribuições legais e/ou interesses estejam relacionados à tragédia que se avizinha em Maceió-AL, representada pelo iminente colapso das minas da empresa Braskem, impondo a interdição de cinco bairros da cidade, a fim de identificar eventuais condutas omissivas, dolosas ou culposas;
- b) **determine**, fazendo-se presentes, no caso ora em consideração, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, o Plenário ou o relator desta representação, **em caráter cautelar aos órgãos competentes da União e à Petrobras que intervenham junto a Braskem para a suspensão imediata de todas as atividades de exploração mineral em Maceió-**

**AL além da adoção de medidas emergenciais destinadas a impedir ou minimizar os danos ora vislumbrados.**

Ministério Público, 1º de dezembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)  
**Lucas Rocha Furtado**  
Subprocurador-Geral

**TC 039.695/2023-9****Tipo:** Representação (cautelar)**Representante:** Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral do MP junto ao TCU**Representado:** Petróleo Brasileiro S.A.; Agência Nacional de Mineração (ANM) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)**Advogado ou Procurador:** não há**Interessado em sustentação oral:** não há**Proposta:** Conhecer. Indeferir pedido de cautelar e apensar definitivamente.

## INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de representação, com pedido de medida cautelar, oferecida pelo Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, requerendo que este Tribunal “decida pela adoção das medidas necessárias a investigar a atuação de todos os órgãos e entidades federais cujas competências, atribuições legais e/ou interesses estejam relacionados à tragédia que se avizinha em Maceió/AL, representada pelo iminente colapso das minas da empresa Braskem” (peça 1, p. 1).

2. De pronto, relevante apontar a tramitação neste Tribunal do TC 008.851/2023-9, desde 12/5/2023, possuindo relação de conexão com o presente processo e sob a mesma relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

## ALEGAÇÕES DO REPRESENTANTE

3. Relata o representante, fundado em matéria jornalística transcrita na peça inicial, que a cidade de Maceió/AL está sofrendo risco de afundamento do solo no bairro de Mutange em função de possível desabamento de uma das minas de exploração do mineral sal-gema pela empresa Braskem (<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/01/infografico-entenda-o-risco-decolapso-das-minas-da-braskem-em-maceio.ghtml>).

4. O representante entende haver alto risco para a integridade da população e de vultosos danos materiais ao patrimônio público e privado da região, caso o desabamento ocorra.

5. Segundo o representante, o assunto demanda ação deste Tribunal pela participação acionária da Petrobras na Braskem, “com suas prerrogativas correspondentes e respectivos representantes sujeitos à jurisdição do TCU”, e pelo fato de, constitucionalmente, os recursos minerais pertencerem à União, dependendo a lavra de autorização ou concessão do Poder Público Federal (peça 1, p. 3).

6. E destaca os relevantes impactos ambientais gerados por esse eventual desabamento da mina que seriam resultado de “possível omissão dos órgãos federais encarregados do licenciamento e fiscalização da operação das minas da Braskem naquela localidade”, questionando “se o desastre iminente, de proporções gigantes, poderia ocorrer sem a atuação negligente do Poder Público e sem a responsabilidade de seus agentes, sejam eles servidores federais ou funcionários da Petrobras” (peça 1, p. 3).

7. Assim, face o risco de grande catástrofe ambiental, humana e social, o representante entende presente a fumaça do bom direito para requerer que “seja adotada medida cautelar determinando aos órgãos competentes da União e à Petrobras que intervenham junto a Braskem para a suspensão imediata de todas as atividades de exploração além da adoção de medidas emergenciais

destinadas a impedir ou minimizar os danos ora vislumbrados” (peça 1, p. 4).

8. Do acima, o representante requer a este Tribunal que (peça 1, p. 4-5):

a) conheça desta representação para que, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Federal decida pela adoção das medidas necessárias a investigar a atuação de todos os órgãos e entidades federais cujas competências, atribuições legais e/ou interesses estejam relacionados à tragédia que se avizinha em Maceió/AL, representada pelo iminente colapso das minas da empresa Braskem, impondo a interdição de cinco bairros da cidade, a fim de identificar eventuais condutas omissivas, dolosas ou culposas;

b) determine, fazendo-se presentes, no caso ora em consideração, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, o Plenário ou o relator desta representação, em caráter cautelar aos órgãos competentes da União e à Petrobras que intervenham junto a Braskem para a suspensão imediata de todas as atividades de exploração mineral em Maceió/AL além da adoção de medidas emergenciais destinadas a impedir ou minimizar os danos ora vislumbrados (grifo do original)

## EXAME DE ADMISSIBILIDADE

9. Inicialmente, deve-se registrar que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade.

10. Além disso, o membro do Ministério Público junto ao TCU possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no art. 81, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no inciso VII do art. 237 do Regimento Interno do TCU (RI/TCU).

11. Ainda, conforme dispõe o art. 103, § 1º, *in fine*, da Resolução-TCU 259/2014, verifica-se a existência do interesse público no trato da suposta irregularidade/ilegalidade, pois há risco de relevante impacto ambiental e social.

12. Dessa forma, a representação poderá ser apurada, para fins de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU, aplicável às representações de acordo com o parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU.

## EXAME TÉCNICO

### DO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

13. O representante requer que seja determinada medida cautelar aos órgãos competentes da União e à Petrobras que intervenham junto a Braskem para a suspensão imediata de todas as atividades de exploração mineral em Maceió/AL além da adoção de medidas emergenciais destinadas a impedir ou minimizar os danos ora vislumbrados.

14. Consoante o art. 276 do Regimento Interno/TCU, o Relator poderá, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando a suspensão do procedimento impugnado, até que o Tribunal julgue o mérito da questão. Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

15. Analisando os elementos apresentados pelo representante, verifica-se que não há, nos autos, os pressupostos acima mencionados, senão vejamos:

#### *Fumus boni iuris*

16. Desde logo registra-se que a Braskem paralisou as suas atividades de extração de sal-gema na região de Maceió em maio de 2019. Desde 2020, a empresa vem realizando ações de fechamento dos poços.

17. Além disso, não há elementos capazes de indicar a ocorrência de ações negligentes por parte dos agentes públicos envolvidos. O plano de fechamento da mina foi aprovado e está sendo acompanhado pela ANM e a situação de afundamento do solo está sendo acompanhada pela agência, Ministério de Minas e Energia (MME) e Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) (<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/area-de-mina-em-maceio-esta-estabilizada-e-eventual-afundamento-deve-ser-localizado-diz-ministerio/>).

18. Ademais, importante destacar que todo esse processo é acompanhado desde o início pelo Ministério Público Federal, que ajuizou ações e realizou acordos vultosos de indenização às pessoas e ao estado de Alagoas junto à justiça federal e homologados por desembargadores federais (ver instrução à peça 6 do TC 008.851/2023-9). De maior relevância por referenciar as obrigações da ANM e do SGB, transcreve-se o seguinte trecho da instrução à peça 6 do TC 008.851/2023-9 (p. 10):

b) no Capítulo I do Acordo para extinguir a ACP 0806.577-74.2019.4.05.8000 (sócio ambiental), consta menção expressa às atribuições que devem ser exercidas pela ANM e pelo SGB de forma ainda mais detalhada nas cláusulas: 3ª; 4ª; 6ª; 7ª, caput e § 1º; 8ª (peça 1, p. 425); 9ª; 10ª; 11ª caput e § único; 12ª; 13ª caput e § único; 14ª (peça 1, p. 426); 15ª; 17ª, § único (peça 1, p. 427); 18ª, caput e § único; 19ª, caput e § único; 20ª; 21ª; 22ª (peça 1, p. 428).

No âmbito da Ação Civil Pública 0803662-52.2019.4.05.8000, a ANM instituiu, em 2019, grupo de trabalho com o objetivo de dar cumprimento à decisão judicial (Decisão 123/2019/SJVM/JFT/4ªVARA/AL) atinente ao acompanhamento do fechamento da mina de sal-gema da Braskem S.A., nos seguintes termos (Portaria ANM 1.295, de 9 de março de 2023, que revogou as portarias 532/2019 e 842/2021 – peça 6):

acompanhar, analisar e emitir parecer, no âmbito de sua competência, os relatórios técnicos dos estudos de sonar para avaliação da geometria do interior das cavidades resultantes da lavra de Sal Gema da Braskem S.A, bem como a execução dos Planos de Fechamento apresentados da mina em descomissionamento.

19. Especificamente quanto à atual situação emergencial de abatimento pontual do terreno sobre a cavidade da frente de lavra M#18, o MME, juntamente com o SGB/CPRM e a ANM instalaram uma Sala de Situação para avaliação e acompanhamento concomitante da situação (peça 5).

20. Quanto ao licenciamento ambiental do empreendimento (Licença de Operação 2023.18011352030.Exp.Lon.), esse foi de responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), órgão estadual, e não do Ibama.

21. Por fim, a Braskem S.A. é uma companhia de capital aberto, com participação majoritária da Novonor (anteriormente denominada Odebrecht) com 38,3% do capital total, seguida pela Petrobras com 36,1%, o que afasta, quanto às ações imediatas da empresa relacionadas a um eminente acidente no poço 18, a jurisdição deste Tribunal.

22. Conclui-se, portanto, que o representante não trouxe aos autos elementos suficientes a demonstrar falha das entidades públicas ou da Petrobras no acompanhamento do processo de fechamento da mina.

#### *Periculum in mora*

23. Não se vislumbra necessidade de adotar providências adicionais quanto à eventual, pois a mina não está em operação desde 2019 e as atividades atuais são de fechamento da mina, que objetiva exatamente reduzir os riscos apontados pelo representante, e, conforme noticiado anteriormente, estão sendo acompanhadas pela ANM, MME e CPRM.

24. Neste contexto, opinamos de forma a indeferir a concessão da medida cautelar pleiteada pelo representante em virtude da ausência dos pressupostos para sua concessão (*fumus boni iuris* e



*periculum in mora*).

## CONCLUSÃO

25. O documento constante da peça 1 deve ser conhecido como representação, por preencher os requisitos previstos nos art. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014.

26. Considerando o pedido de medida cautelar, não se vislumbra necessidade de adotar tal providência por não estarem presentes nos autos os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. A mina em questão está paralisada e em processo de fechamento, sendo acompanhado pela ANM e por outras entidades públicas, inclusive pelo Ministério Público Federal com homologação pela justiça federal.

27. Ademais, o representante não trouxe aos autos elementos suficientes a demonstrar que esse processo não esteja sendo acompanhado adequadamente pelas entidades citadas.

28. Considerando a tramitação neste Tribunal do TC 008.851/2023-9 tratando de matéria similar e sob mesma relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, entende-se pertinente, com fundamento no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, apensar definitivamente estes autos ao citado processo por relação de conexão.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

29. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior propondo:

I) **conhecer** da representação por estarem satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos art. 235, *caput*, e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

II) **indeferir** o pedido de medida cautelar formulado pelo Ministério Público junto ao TCU, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

III) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser adotada à Agência Nacional de Mineração e ao representante esclarecendo-lhes que o inteiro teor da referida deliberação pode ser consultado no endereço [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e

IV) **apensar** definitivamente o presente processo ao TC 008.851/2023-9, conforme art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

AudPetróleo, em 7 de dezembro de 2023.

(Assinado eletronicamente)

Alberto Scherer Soares  
AUFC – Mat. 7.657-0